



DA SOCIOLOGIA RURAL ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM PERCURSO PARA O TEMPO PRESENTE E O CONHECIMENTO PLURAL

Giuseppa Maria Daniel Spenillo

Doutora em Ciências Sociais UFRRJ
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Professora do Departamento de Ciências Sociais
E-mail: gspenillo@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo, escrito na efusão dos 30 anos do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, busca oferecer uma leitura desde as suas origens, na qual investigamos, por um lado, as questões mais aparentes e com as quais a Sociologia se ocupou, e, por outro lado, as posições científicas assumidas pela Sociologia para responder a tais questões. A investigação destaca o percurso para um re-colocar da Sociologia, no tempo presente e em diálogo com outras formas de conhecimento.

Palavras-chave: Ciências Sociais; tempo presente; transições; conhecimento plural.

FROM RURAL SOCIOLOGY TO SOCIAL SCIENCES: A PATH TO THE PRESENT TIME AND THE PLURAL KNOWLEDGE

ABSTRACT

This article, written in the 30th anniversary of the Bachelor of Social Sciences at UFRPE, seeks to offer a reading from its origins, in which we investigate, on the one hand, the most apparent issues with which Sociology has dealt with, and, on the other hand, the scientific positions taken by Sociology to answer such questions. The research highlights the path to a re-placing of Sociology, in the present tense and in dialogue with other forms of knowledge.

Keywords: Social Sciences; present time; transitions; plural knowledge.



Introdução

1990 – 2020. O período em que as Ciências Sociais instalam-se, definem-se e amadurecem como uma área de saber presente na Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE é, sem dúvidas, um período peculiar da história recente, tanto no plano local como no plano mundial. Nesses 30 anos, vivemos uma passagem de século e de milênio – algo que agita sempre os ânimos, seja na perspectiva sincrética de energias que se renovam ou de profecias que se anunciam, seja na expectativa por mudanças mais racionais no sentido da vida, trazidas por acúmulos de conhecimentos técnicos e comunitários, de aprendizagens culturais e políticas.

A passagem do século XX para o século XXI foi vivida de modo amplo e abrangente pelas ciências, que se sentiram desafiadas pelas muitas transições dadas em nível mundial, em decorrência dos acelerados avanços da informática. Da economia (globalizada num ritmo acelerado) à medicina (reposicionada pela biotecnologia e pela física), a percepção geral era de que todas as instâncias da vida humana passavam por modificações significativas. Esta percepção levou a formulações paradigmáticas nas Ciências Sociais, como as noções de fim das certezas (PRIGOGINE, 1996), fim da história (FUKUYAMA, 1992), fim do trabalho (ANTUNES, 2002), nova era da informação e do conhecimento (DRUCKER, 1999, SCHAFF, 1995), fim do político e do social (BAUDRILLARD, 2011).

Nesse cenário de inquietações, as ciências de modo geral – e particularmente as Ciências Sociais – foram questionadas, revisadas, exigidas, ressignificadas. Da origem cartesiana ao pensamento hermético e distante das realidades sociais e culturais, a Ciência nem sempre tem o seu melhor desempenho diante das expectativas dos indivíduos e das sociedades. No entanto, cabe a persistência em busca da validação



social do papel da Ciência e, em particular, da Sociologia enquanto tal, como uma resposta capaz de interceptar e de atualizar os sentidos, os ânimos, as expectativas e as necessidades da aventura humana. E de, neste fazer sobre a realidade social, ser também capaz de dialogar e de interagir com as demais formas de conhecimento e de sabedorias, humanas e não humanas, reconhecendo-as em suas atribuições, originalidades e valores.

Abordamos aqui a presença da Sociologia e das Ciências Sociais nos últimos 30 anos na UFRPE, conforme os contextos locais e nacionais, as possibilidades institucionais e temporais, os desafios de interpretação e proposição sobre as realidades que nos circundam. Aproveitamos esta reflexão para colocar em discussão, uma vez mais, os limites da Ciência e do conhecimento científico, ao apoiarem-se nas noções de conhecimento válido, de universalidade, de inovação, de projeção para o futuro, em detrimento das concepções de pluralidade do conhecimento, de singularidade das experiências, de senso comum (SANTOS, 2010), e de tempo presente.

Desenvolvemos, nesse artigo, uma leitura sobre os 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE e, em particular, sobre a trajetória da Sociologia nessa construção. É um desafio profissional e afetivo apresentar nas próximas linhas uma interpretação do percurso de 30 anos das Ciências Sociais na UFRPE. Não será, portanto, um balanço unívoco ou consolidado de uma história que já vai em 30 anos, mas nuances de uma história social vivida em processos e dinâmicas (ELIAS, 1994, 1997) que se complementam e que configuram um fazer possível das Ciências Sociais na UFRPE. Um percurso que aponta, também, para o tempo presente.



1. As origens

Em 1990, como parte de um movimento de expansão da Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi criado e aprovado o Bacharelado em Ciências Sociais. Naquele momento, a formação científica ganhava fôlego na sociedade brasileira e as universidades respondiam a uma demanda social por qualificação profissional acadêmica. É de se notar, no entanto, que este lugar social da Ciência vinha na seqüência de seu ajuste ao modelo capitalista e tecnológico do pós Segunda Guerra Mundial – objetivamente a partir do Consenso de Washington, ocorrido em 1989. A Ciência, no século XX, alinhou-se fortemente ao modo de produção capitalista em larga escala e globalizado. Isto levou a esgotamentos paradigmáticos dentro da prática científica, o que apontou para a necessidade, já latente, de se repensar e debater a Ciência.

Em 1987, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2007) antecipava esse debate, com a denúncia da necessidade de um novo pensar para as ciências, ancorado num uso renovado da racionalidade. Esta era e continua sendo uma tarefa urgente de enfrentamento dos limites teóricos e metodológicos impostos pela racionalidade e pela ciência modernas. I interessa destacar aqui uma necessidade sempre latente no terreno científico, embora muitas vezes ignorada: a da reformulação das bases do conhecimento científico, nomeadamente do uso instrumental e técnico da razão, que a tem reduzido em suas potencialidades e levado a Ciência a um patamar distante das demais formas de conhecimento.

A Ciência moderna utiliza-se da razão de modo instrumental e técnico para impor-se politicamente como a única forma de conhecimento válido, levando a ser desconsiderado ou menosprezado tudo o que não adote as características da



objectividade, da universalidade e da falibilidade demonstrável. O que isto significa? De imediato, tem-se a construção de um locus do conhecimento assentado em categorias universais e teorias gerais, que se produzem a partir de padrões metodológicos restritos e específicos. É, também, um conhecimento intervencionista, por entender que o mundo deve ser ajustado aos conceitos científicos universais, únicos a permitir o progresso e o bom funcionamento das sociedades.

Nesse sentido, desenvolvemos a seguir uma leitura tensionada sobre as origens do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, em que pretendemos confrontar as questões mais aparentes, que se impuseram no percurso da Sociologia, com as condições científicas da Sociologia para oferecer respostas aos problemas sociais. Tratamos especificamente das questões: a ênfase inicial em Sociologia Rural; as lutas sociais como contexto histórico; os direitos sociais como demandas locais; as transformações nas condições do trabalho (ANTUNES, 2002), os impactos dos processos de globalização e de mundialização, a informatização do cotidiano como novas questões que se anunciam ao longo dos anos de existência das Ciências Sociais na UFRPE.

1.1. A questão do rural

Na origem, a vocação institucional para o estudo do *rural* foi preponderante na configuração do novo Curso e, por isso, o Bacharelado em Ciências Sociais comportava uma ênfase em Sociologia Rural – o que persistiu até 2005. O que é e porque justificava-se uma ênfase em Sociologia Rural? Como isto foi construído e trabalhado ao longo de 15 anos? Quais as contribuições possíveis da Sociologia para o tratamento das questões sociais relacionadas com o mundo rural?



O rural, e em complementaridade, o urbano, são dois conceitos que adquiriram conotações sociológicas quando o mundo passou a deslocar-se com velocidade da vida nos campos para a vida nas cidades, a partir do século XIX. A configuração de uma vida urbana, a partir da implementação das indústrias como modo de produção de bens de consumo, obedeceu a duas dinâmicas complementares: a ocupação de centros urbanos pelas burguesias econômicas que sustentavam e ostentavam um modo de vida público – em oposição às nobrezas, com suas vidas palacianas – e a ocupação dos subúrbios das cidades pelas famílias trabalhadoras, que passaram a estar concentradas em torno das fábricas (Luxemburgo, 1988).

Estas dinâmicas de ocupações e ordenamentos das cidades vêm num continuum desde o século XIX europeu e expande-se por todo o mundo, que chega em 2019 com 55% de sua população vivendo “em áreas urbanas” e com estatísticas que apontam para “que esta proporção aumente para 70% até 2050”, conforme dados da Organização das Nações Unidas (2019). O atrelamento da vida nas áreas urbanas aos formatos da industrialização (HARVEY, 2008) e ao modo burguês de estar, consumir e interagir em ambientes públicos confere às cidades o sentido do moderno, do belo, do integrado, do desenvolvido. E, nesse processo histórico-social, o rural recebeu o sentido oposto, expresso nas conotações de atrasado, ultrapassado, pobre, triste, desintegrado do projeto de modernidade.

Os conceitos de rural e de urbano, de campo e de cidade, transitam no imaginário coletivo como duas formas opostas de estar e integrar-se socialmente, com a desvalorização constante e crescente dos elementos que caracterizam o ambiente rural, como o ritmo de vida, a proximidade com a natureza, o trabalho manual, os conhecimentos empíricos, a alimentação e a medicação não industrializadas. O rural e suas manifestações culturais adquiriram uma condição residual e folclórica para as



sociedades industrializadas modernas e, gravemente, também, para as ciências institucionalizadas e disciplinadas no mundo acadêmico.

Isto porque o acordo epistemológico fundante da Ciência moderna aceita a homogeneização de um formato de produzir conhecimento, o científico, sobre os demais conhecimentos e configura, assim, uma monocultura do saber, ou, como expressa Santos (2010b) “a transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente.” (SANTOS, 2010b, p. 95).

Esta é uma reflexão necessária sobre a Ciência moderna e seu papel no mundo atual – e, particularmente, para a Sociologia. Qual epistemologia sustenta a posição de validade rigorosa do conhecimento científico? Uma epistemologia fundada politicamente num projeto dominador, que pretende justificar a imposição de um modo de pensar e ver o mundo sobre os demais. Dominador também porque impõe teorias gerais, construídas a partir do estudo de realidades particulares e com especificidades locais e que se generaliza por meio de conceitos tornados artificialmente universais. O lugar epistémico a partir do qual se produzem verdades científicas enquanto teorias gerais será o da racionalidade exercida na forma da monocultura do saber e do universalismo conceptual, conforme percebe-se nas palavras de Santos (2010):

O distanciamento e a estranheza do discurso científico em relação, por exemplo, ao discurso do senso comum, ao discurso estético ou ao discurso religioso estão inscritos na matriz da ciência moderna, adquiriram expressão filosófica a partir do século XVII com Bacon, Locke, Hobbes e Descartes e não têm cessado de se aprofundar como parte integrante do processo de desenvolvimento das ciências. (SANTOS, 2010, p. 11).

A crítica de Santos (1993, p. 19) recai sobre o “tempo científico presente”, marcado pelo que classifica de “fase de crise de degenerescência”, ou seja, um período



de incertezas paradigmáticas profundas e generalizadas, em que não são algumas teorias, métodos ou instrumentos científicos que se questionam, mas são as bases mesmas em que se assentam a justificativa e a natureza do conhecimento científico. Conforme o autor, tem-se, portanto, que “A crise da ciência é, assim, também a crise da epistemologia”, uma vez que o tempo presente estaria a esgarçar o valor de verdade rigoroso e excludente da ciência, que a elevou politicamente ao status de única forma de conhecimento válido, sob o primado da Modernidade.

Assim, noções como bucólico, pastoril, ingênuo, encantador foram atribuídas aos meios rurais e aos seus moradores, com sentimentos de distanciamento e estranheza por quem vive alheio à realidade da vida no campo. Assim viveu-se o século XX até que a indústria chegou aos campos e construiu um rural empresarial – o agronegócio – provocando novas alterações na vida e no trabalho, no ambiente e na compreensão do que é o rural. Ao final daquele século, quando o Curso de Ciências Sociais foi criado na UFRPE, o cenário de desassistência, de abandono e de problemas sociais era intenso e gritante nos meios rurais brasileiros e, particularmente, em Pernambuco.

Em breves linhas, podemos afirmar que o Estado de Pernambucano desenvolveu uma relação tutelar e pouco construtiva com suas populações rurais. Em 1975, havia sido instituída, pela Lei Nº 7.007, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco/Emater com o objetivo de “planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas”. Na Lei referida acima estão externadas as condições simbólicas da desigualdade entre os meios rurais e os meios urbanos, ao



destacar a necessidade de “melhoria das condições de vida no meio rural do Estado de Pernambuco” e de “políticas de assistência técnica e extensão rural”.

A Emater foi extinta em 1999 e sucedida pela Empresa de Abastecimento e Extensão Rural de Pernambuco/Ebape (WANDERLEY, LOPES, 2012), também extinta, em 2003. A noção de extensão estava imbuída pela compreensão de que os avanços e os desenvolvimentos da modernidade são necessariamente gerados nos meios urbanos e levados para os meios rurais, estendidos até lá (BORDENAVE, 1988, FREIRE, 2002), guardando aí um sentido de superioridade cultural e intelectual da cidade em relação ao campo.

Esta noção foi combatida na literatura especializada do século XX, fortemente pelo paraguaio Juan E. D. Bordenave, autor de **O que é Comunicação Rural?** e pelo pernambucano Paulo Freire, autor de **Extensão ou Comunicação?** – duas obras de referência que serviram para promover reflexões críticas e, no âmbito acadêmico, a revisão das práticas de extensão universitária e das concepções e atribuições da assistência técnica e da extensão rural. Há aqui uma séria justificativa para a Sociologia abraçar as questões rurais, tomada a perspectiva da superação paradigmática apontada por Santos (2007), de modo a problematizar a naturalização do rural e do urbano, do saber e do conhecer, do social e do cultural.

Nesse sentido, a Sociologia Rural cumpre o papel de estudar e debater de modo crítico e reflexivo a estrutura agrária brasileira e seus desdobramentos na construção de grupos sociais como o campesinato, a agricultura patronal e a agricultura familiar; os conflitos sociais, as políticas públicas e os movimentos sociais nas áreas rurais. Algumas contribuições como aquelas oferecidas por José de Souza Martins, José Eli da Veiga, Maria de Nazareth Wanderley, Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Francisco Graziano Neto fizeram avançar um vivo pensamento sociológico



acerca da problemática do rural nas sociedades modernas e industrializadas, particularmente na sociedade brasileira. Este pensamento, no entanto, não basta. É ainda necessário trilhar o restante do caminho para um diálogo intenso e aberto entre as diversas ciências sociais e humanas, e também com as demais ciências, da natureza, exatas, da linguagem, e com as demais formas de conhecimento não científico, de modo a que o rural não seja residual nem para a sociedade nem para a academia, não seja relegado a um adjetivo ou a uma ênfase.

1.2. A questão das lutas sociais

Há que se lembrar que, em 1990, quando da criação do Curso de Ciências Sociais na UFRPE, havia-se concluído há apenas dois anos, com as assembleias constituintes, a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, e as eleições diretas presidenciais em 1989, o ciclo de lutas por redemocratização do Brasil. As bandeiras de luta pela abertura política do país, levantadas nas mobilizações que ficaram conhecidas como Diretas Já, levaram a sociedade brasileira à descoberta de atores sociais como a criança, a mulher, o idoso e outros. Curiosamente, as cidades descobriram os trabalhadores rurais nesse processo de redemocratização. Esses atores sociais foram recebidos como novidades que começavam a marcar o cenário público do país e a dar significados para o exercício da cidadania.

Assim, ao longo dos anos de 1980, as mulheres, as crianças, os idosos, os trabalhadores rurais, os desempregados, os indígenas tornaram-se visíveis na esfera pública brasileira como potenciais portadores de direitos de cidadania. Este reordenamento da esfera pública (HABERMAS, 1984) desafiava a Sociologia, à época. Nesse sentido, a criação na UFRPE do Curso de Ciências Sociais respondia aos ânimos



agitados da sociedade que, como em outros momentos da história mundial, careciam de interpretações.

No Estado de Pernambuco, em particular, havia forte inclinação para as lutas sociais, seja no sentido da organização para o combate ao grande capital, seja no do combate à ditadura militar, que já ia pela segunda década. Lembremos que o primeiro ato público a favor das eleições presidenciais diretas aconteceu em 1983 em Abreu e Lima-PE. Outro fato histórico social marcante é que a retomada das Ligas Camponesas, silenciadas por forças políticas, ocorrida em 1954, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, manteve-se como resistência local ao desprezo pelas questões rurais (BASTOS, 1984). E, nesse feito, é também preciso registrar a contribuição do pernambucano Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) para os direitos dos camponeses (AGUIAR, 2014).

Todos estes acontecimentos justificaram um olhar desperto da Sociologia, durante a década de 1990, para o mundo rural. Naquele período, também justificava-se o debate interno à Universidade quanto a sua função na formação de profissionais aptos a atuarem criticamente nos meios rurais, sobre um cenário de desigualdades e injustiças sociais estruturadas pelo modelo moderno de oposição entre o campo e a cidade. A ênfase em Sociologia Rural, portanto, respondia a uma evidência dos problemas rurais na sociedade brasileira – e, em particular, no Estado de Pernambuco. No entanto, os chamados problemas rurais logo se revelaram como parte de um contexto mais amplo, que pode ser entendido como uma questão de lutas sociais por direitos, que vinha se desenhando na virada do século XX para o XXI. Um desses problemas, persistente e pouco enfrentado, é justamente o do conhecimento.

O conhecimento construído nas lutas sociais nem sempre adquire um patamar valorizado socialmente e muitas vezes não é compreendido ou aceito pela academia,



porque não científico. De acordo com Santos (1993), a Ciência moderna autoimpôs-se uma camisa-de-força, da qual só sairá quando desenvolver uma “consciência teórica da precariedade”, ou seja, uma consciência do conhecimento científico “como uma prática de saber entre outras, e não necessariamente a melhor.” (SANTOS, 1993, p. 18). Para isto, ainda conforme o autor, cabe à Ciência trilhar o caminho do “conhecimento-emancipação”, em que a se concretize “uma dupla ruptura epistemológica”, necessária para a superação das distinções assimétricas entre ciência e senso comum, de modo a que a Ciência venha a se transformar “num senso comum novo e emancipatório” (SANTOS, 2002, p. 101).

1.3. A questão dos direitos sociais

Para além dos direitos civis, na década de 1980 os movimentos em torno da Assembleia Constituinte que escreveu a Constituição Federal, apelidada de constituição cidadã, abriram a nação para as lutas por garantias de direitos sociais (MACHADO, 2013). O que são os direitos sociais? Um dos três direitos de cidadania, os direitos sociais referem à herança social de que um indivíduo dispõe por fazer parte de um grupo social – por exemplo, a alfabetização no mundo letrado.

Uma interessante leitura acerca dos direitos sociais pode ser encontrada em Marshall (1967, p. 114), que os apresenta a partir do “desenvolvimento da cidadania democrática” e, especificamente, do “impacto (...) dos direitos da cidadania sobre a estrutura da desigualdade social”. O autor leva a uma reflexão sobre o *status* de cidadão, que surge como igualdade formal e convive com as estruturas da desigualdade real. Para Marshall (1967: 62-63), as desigualdades percebidas no exercício dos direitos de cidadania são devidas à falta de direitos sociais, necessários à



efetivação dos direitos civis. Para o autor, direitos civis (ou a “liberdade individual”), direitos políticos (ou o “direito de participar no exercício do poder político”) e direitos sociais (ou o “direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”) são elementos do conceito de cidadania que se desenvolve no ocidente durante o século XIX.

Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem destorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos. (MARSHALL, 1967, p. 66).

Conforme Marshall, a noção de direito nasce, nas sociedades contratuais, do sentimento de injustiça decorrente das condições desiguais de acesso a bens sociais. O sentimento de injustiça é, portanto, um móbil social que leva a situações como a reivindicação, a desobediência civil, as lutas sociais. Considerado o percurso histórico apontado por Marshall (1967), o século XX foi marcado pela percepção de injustiças sociais, o que levou a lutas por direitos sociais. Na experiência brasileira de finais da década de 1980, os direitos sociais responderam pela percepção de que para além dos indivíduos, a sociedade é formada por grupos sociais com interesses ou características comuns que não se restringem às condições de trabalho, ao local de moradia ou às heranças genéticas.

O reconhecimento dos direitos sociais de desempregados, por exemplo, foi algo marcante para o mundo e para a sociedade brasileira no decorrer do século XX. No Brasil, em particular, os trabalhadores rurais sem posses (sem direitos previdenciários e trabalhistas, sem local fixo de trabalho, sem identidades profissionais) apareceram



como grupos com direitos sociais que precisavam ser garantidos. Dentre estes direitos e as lutas por suas garantias, as questões agrárias inerentes a uma estrutura latifundiária naturalizada ao longo da história do Brasil vieram à tona na esfera pública política, saíram da invisibilidade em que as coloca a oposição campo-cidade e tomaram as ruas das grandes cidades brasileiras com a bandeira da Reforma Agrária (LEONELLI, OLIVEIRA, 2004).

Ainda como parte do processo da Assembleia Constituinte, organizações como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas/IBASE e a Pastoral da Criança, fundada em 1983 por Zilda Arns no âmbito da Conferência dos Bispos do Brasil, passaram a fazer parte da esfera pública política brasileira como porta-vozes de grupos sociais desassistidos. Nessa mesma perspectiva, o Movimento dos Sem Trabalhadores Rurais Sem Terra ganhou projeções nacionais e ocupou não apenas terras, mas espaço nas mentes e nas televisões brasileiras. Fundado em 1984, no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná, o movimento reuniu trabalhadores rurais “com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>).

Este efervescente cenário social provocava as Ciências Sociais, e particularmente a Sociologia, no sentido de desenvolver pesquisas que permitissem a elaboração de interpretações e respostas sociológicas a uma sociedade em reconstrução, ou em transição, ou ao menos perplexa com sua complexidade. Até 2005, a sensação de que um novo mundo viria a se estabelecer fazia parte da experiência de virada de século e de milênio. Havia nessa sensação difusa um sentimento de esperança. A criação do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE em 1990 fez parte da resposta social, política e acadêmica a este cenário de lutas e de reconhecimento de atores sociais e seus direitos num país que não apenas reencontrava os caminhos da



democracia, mas que começava a enxergar seus problemas sociais e a necessidade de reconhecê-los e enfrentá-los. Do ponto de vista da Ciência, para agir nessa nova sociedade é necessária uma ruptura epistemológica com a herança racional moderna – tarefa ainda em processo.

Isto porque a racionalidade subjacente ao modelo epistêmico da Ciência moderna assenta-se na chamada razão indolente, conforme Santos denomina, desde Leibniz, a um comportamento fatalista porque voltado para si e para o que conhece. A razão indolente, ao dominar os formatos de fazer Ciência na Modernidade ocidental, escondeu outras formas de fazer conhecimento e outros mundos a serem conhecidos, tendo elegido o mundo ocidental e eurocêntrico e o método experimental, direto ou indireto, como *locus* e *modus operandi*. A reflexão crítica sobre a Ciência moderna é, pois, uma reflexão sobre seus fundamentos epistemológicos enquanto funções da razão iluminada, linear, antropocêntrica e eurocêntrica, e que se faz indolente. Conforme Santos:

A razão indolente subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemônico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos. A consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo constituíram o contexto sociopolítico em que a razão indolente se desenvolveu. (SANTOS, 2010, p. 89).

Atentar para o diagnóstico da razão indolente, acima, e promover as formas de sua superação no âmbito da Ciência e da Universidade é um desafio que perpassa todo o período de implantação do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE. As questões relacionadas com o rural e com o urbano, as lutas sociais e dos direitos sociais não encontram colaboração da Ciência se esta não avançar para fora desse lugar para o qual foi levada pelo conjunto da Modernidade.



A razão indolente é uma espécie de embotamento ou emagrecimento da razão. Um embotamento que pode dificultar à Sociologia a realização de um papel mais efetivo na colaboração e na compreensão das lutas sociais, não apenas naquelas que marcaram a passagem dos séculos, mas as novas lutas sociais, que continuam a surgir numa sociedade que se faz a cada dia mais complexa e desafiante. E que cobra da Sociologia uma atuação que se faça no presente e para o presente em que estamos, ou seja, que atue com base numa razão não indolente, o que significa romper com a certeza da superação linear do presente, no futuro, dada pelo estrito desenvolvimento tecnológico industrial.

1.4. Novas questões

Entre 1990 e 2005 à questão do rural, das estruturas latifundiárias, dos trabalhadores rurais sem terras, somaram-se outras questões que demonstram a complexidade da vida na virada de século e de milênio. Como desdobramentos da percepção de atores sociais ligados ao chamado mundo rural, a sociedade brasileira e a Sociologia passam a lidar com novas questões como as dos quilombolas e demais populações tradicionais, as das mulheres trabalhadoras rurais, as das mulheres camponesas, as das juventudes, as das novas ruralidades construídas pelo turismo rural e pela reconquista do campo como lazer, praticada pelas classes médias urbanas, e, ainda, as questões da preservação e da sustentabilidade ambiental, e as questões colocadas pelo agronegócio e pela expansão do uso de agrotóxicos na produção rural, associadas a um crescente movimento por agriculturas orgânicas, biodinâmicas, ecológicas, bem como as questões trazidas por um mundo conectado em redes (MATTELARD, 2000) suportadas por plataformas digitais e o decorrente novo



reordenamento da esfera pública e dos sentidos de público, de privado, de comum, de urbano e de rural, de tempo e de espaço.

O mundo e o Brasil tornaram-se mais desafiadores nesses primeiros 15 anos de atividades do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE. Transformações econômicas e ajustes nas condições de trabalho, forçadas pelos processos de globalização, foram sentidas na maioria dos países. No mesmo sentido da prevalência de um modelo econômico globalizado e monetarizado, a democratização da vida política foi vivida em distintos países, de distintas formas – porém sem suficientes aprofundamentos. Ainda assim, as sociedades civis organizadas buscaram respostas e resistências às mudanças trazidas pela nova ordem econômica mundial e seus fenômenos sociais, políticos e culturais.

No início dos anos 2000, havia já um cenário de proliferação de movimentos sociais, associações, fóruns, redes e entidades que abraçavam uma pluralidade de frentes de lutas sociais. Surgiram novos temas e a exigência de novos direitos sociais, como o direito à água, o direito à comunicação, o direito de resposta, o direito ao ar puro, o direito à vida doméstica segura e em paz, os direitos sexuais, dentre outros. A primeira edição do Fórum Social Mundial, em 2001, pode ser entendida como uma tentativa de mostrar aos próprios movimentos sociais e a seus simpatizantes a dimensão múltipla e plural dos problemas sociais, das questões coletivas e das lutas já organizadas. Serviu também como uma reclamação às Ciências Sociais, para que avance em suas interpretações para além do paradigma moderno que singulariza, totaliza e despersonaliza a diversidade das lutas sociais, conforme expressado por Santos (2005):

A teoria política da modernidade ocidental, tanto na versão liberal como na marxista, construiu a unidade na acção a partir da unidade dos agentes. De acordo com ela, (...) o sentido da transformação social baseou-se sempre na capacidade de o agente privilegiado da transformação, fosse ele a burguesia



ou as classes trabalhadoras, representar a totalidade da qual a coerência e o sentido derivavam. De uma tal capacidade de representação provinham, quer a necessidade, quer a operacionalidade de uma teoria geral da transformação social. (SANTOS, 2005, p. 118).

Este é o legado mais específico que fica para as Ciências Sociais com as transformações ocorridas na virada de século e de milênio e fortemente nos 15 primeiros anos de existência do Bacharelado na UFRPE. Com um movimento mundial acelerado de transformação da vida econômica, política e social dado pela informatização da produção e já do conhecimento, associado a novas reivindicações sociais elaboradas por novos atores sociais e novas percepções dos sentidos de pertencimento, inclusão, direitos e garantias, participação, necessidades e expectativas, chega o momento, no início dos anos 2000, de reconhecer que a ênfase em Sociologia Rural já não respondia às demandas sociais para um Curso de formação de bacharéis em Ciências Sociais. Era preciso rever o Projeto Político, a matriz curricular, as competências a serem desenvolvidas nos egressos do Curso. Assim, o Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE escreve sua história de adaptações, adequações, revisões e enfrentamentos, o que aparece objetivamente expresso nos momentos marcantes das transições entre matrizes curriculares.

2. As transições

A matriz curricular aprovada quando da criação do Bacharelado em Ciências Sociais foi atualizada sete anos depois, mas não chegou a ser implementada, uma vez que o Curso aguardava o reconhecimento do Ministério da Educação/MEC, o que só veio a acontecer em 1999, através da Portaria MEC nº 1169. Por motivos de diversas ordens, internas e externas à Universidade, o Bacharelado em Ciências Sociais na



UFRPE manteve a mesma matriz desde a criação, em 1990, até 2004, quando passou pela segunda atualização, tendo sido implementado um novo Projeto Pedagógico no primeiro semestre de 2005. Este novo Projeto Pedagógico suprimiu a ênfase em Sociologia Rural e propôs, em contrapartida, que o Curso tivesse duas áreas de concentração: 1. estudos rurais e 2. estudos urbanos.

O segundo Projeto Pedagógico foi, então, vivenciado de 2005 a 2012. Neste período, outra grande alteração ocorreu no Curso de Ciências Sociais, desta vez por imposição do MEC para todos os Cursos universitários: foi abolida a complementação do Bacharelado, para os estudantes já formados, com disciplinas pedagógicas que lhes conferia a habilitação em Licenciatura. Uma perda para as Ciências Sociais e para a sociedade, que deixou de dispor de novos profissionais preparados para o ensino das Ciências Sociais – situação agravada pelo fato de que em praticamente todos os Estados brasileiros, e em particular em Pernambuco, a Sociologia compõe o currículo do Ensino Médio.

Entre setembro de 2011 e agosto de 2012, com um processo iniciado no Núcleo Docente Estruturante do Curso, um novo Projeto Pedagógico do Bacharelado em Ciências Sociais se desenvolveu como expressão das necessidades e das expectativas do corpo docente e dos estudantes do Curso. O trabalho teve por objetivo atender a duas demandas: 1) um equilíbrio entre as três disciplinas sociais que compõem o Curso, ou seja, a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia, e, 2) o fortalecimento da formação profissional para a pesquisa social. Conforme o documento **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**, produzido pela Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE em 2012:

(...) pretende-se, com este Projeto, atender à demanda atual da sociedade brasileira por formação específica e qualificada de cientistas sociais para atuação nos três eixos de competência, a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Este PPC propõe formar cientistas sociais aptos a trabalhar com



as ciências humanas e sociais, de acordo com os parâmetros do Conselho Nacional de Educação (COORDENAÇÃO, 2012, p. 8).

No Projeto Pedagógico de 2012 ficou estabelecido que Antropologia, Ciência Política e Sociologia atuariam articuladas em torno de duas linhas de concentração: 1. Desigualdades sociais, identidades e cultura e 2. Estado, cidadania e políticas públicas. Estas linhas de concentração tiveram a função de facilitar a articulação entre as áreas, tanto no âmbito do profissional egresso como no âmbito do exercício da docência atrelada ao Bacharelado, “de modo a possibilitar uma formação em Ciências Sociais em que possa trabalhar de modo imbricado e produtivo as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão” (COORDENAÇÃO, 2012, p.12).

Os processos de revisão da matriz ao longo dos 30 anos demonstram o amadurecimento da proposta, expresso na sequência dos projetos políticos do Bacharelado em Ciências Sociais, no sentido da formação de cientistas sociais habilitados a atuar criticamente sobre a diversidade social, política e cultural de realidades. A preocupação com o exercício profissional dos egressos desse Bacharelado advém da preocupação com o papel das Ciências Sociais no cenário contemporâneo. A pesquisa sociológica, o estudo antropológico, a participação na avaliação e no planejamento de políticas públicas aparecem como fortes demandas de um mundo populoso, interconectado, globalizado, heterogêneo, desigual, múltiplo. Para estas demandas, esperam-se respostas de uma Ciência interdisciplinar, entendida a interdisciplinaridade como uma associação exponencial de colaborações num sentido comum para cada uma das partes.

Acresce-se à necessidade profissional dada pelas características do mundo que se consolidou nos últimos 30 anos, uma igualmente exigente militância pedagógica para a formação de inteligências críticas e criativas. Uma demanda social que adquire



sentidos de obrigatoriedade para os professores das Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, um dado do amadurecimento do projeto político do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE pode ser percebido na inclusão de atividades de pesquisa, extensão e ensino que se desenvolvem para além das salas de aula, com a orientação dos professores do Curso.

Eventos, palestras, mini-cursos, grupos de estudo, grupos de pesquisa, intervenções comunitárias e, em tempos de pandemia, *lives*, compõem, desde 2012, parte expressiva do fazer docente e discente. Estas atividades preenchem a vida acadêmica e oportunizam o enfrentamento de temas e problemas do mundo atual, como a democracia, os novos atores sociopolíticos e os novos direitos, os processos de globalização, a informatização e a mediatização do cotidiano, da comunicação e da justiça, o meio ambiente e a sustentabilidade, as violências urbanas, as redefinições de espaço/tempo, as ruralidades e as urbanidades, as políticas públicas, as lutas sociais, as novas identidades e tantos outros.

Estas atividades compõem um redesenhar das Ciências Sociais diante de um mundo que carece de interpretações e de ações propositivas originárias de uma Ciência capaz de dialogar com o mundo e nele co-atuar. Nesse sentido, resgatamos a seguir o trecho de uma entrevista concedida por Darcy Ribeiro, à época já ex-ministro da Educação, ao Programa Abertura, da extinta TV Tupi, em 1979. Com ele pretendemos destacar a reflexão sobre a necessidade das Ciências Sociais e particularmente os cientistas sociais brasileiros adotarem uma posição propositiva diante do mundo:

A responsabilidade das Ciências Sociais, num caso de um país como o Brasil, é explicar porque o nosso atraso. (...) Então, o que a ciência nos coloca hoje é o seguinte: se não é o clima, se não é a raça, se não é a origem portuguesa a causa do atraso em que nós estamos, qual é a causa? A causa somos nós, os bonitos, a causa somos nós os educados, os ricos, que fizemos o país para nós contra o povão. Então, Ciências Sociais é para estudar isso. Agora a maior



parte dos cientistas sociais brasileiros não faz nada disso. São uns cavalos de santo, como eu costumo dizer. Cavalo de santo de Foucault, cavalo de santo de Levis-Strauss. Pela boca deles, o Levis-Strauss está falando todo o tempo. Não olham para o Brasil. O importante para eles é citar o Poulansas ou dizer o que o Poulansas pensaria. Ou ler o 18 Brumário, do Marx, e a partir dele fazer discursos acadêmicos, às vezes muito inteligentes, muito auspiciosos. Mas são incapazes de olhar a realidade brasileira, de tentar entender. (...) Então, há um tipo de Ciência Social que é tão infecunda quanto a erudição antiga. Essa erudição dos que sabiam latim, falavam todas as línguas do mundo, de gente que não sabia nada, só citava, só se lembrava de um texto ou de outro. Essa gente indignificava a inteligência, porque convertia a inteligência, que é um instrumento de compreensão e de transformação do mundo, convertiam a inteligência num ato de fruição. (...) Eu sou cientista social, confesso, modesto e acanhado. (RIBEIRO, 1979 in: <http://bit.ly/AberturaDarcyRibeiro>).

Sem colocar aqui em discussão a noção de atraso, que pode ser substituída por várias outras formulações sociológicas sobre as condições sociais da existência – e que responde, na entrevista, ao momento em que a mesma foi concedida – o trecho acima aponta para a necessidade das Ciências Sociais ocuparem-se com o mundo real e suas discrepâncias entre teoria e empiria. Uma tarefa definitivamente pendente e urgente para nós hoje. Observar e debater amplamente os fenômenos do mundo contemporâneo, em suas manifestações globais, regionais e locais, em suas dinâmicas de inclusão e exclusão social, em sua acelerada reconfiguração e descartabilidade, são atribuições do cientista social e, particularmente, uma ação sobre o tempo presente com a qual as Ciências Sociais podem e devem contribuir. Atuar no tempo presente, produzindo conhecimentos dialógicos e significativos, responde tanto a uma prática reflexiva da vida acadêmica na UFRPE, no sentido da cidadania ativa, da autonomia universitária e da responsabilidade social, como a uma prática crítica, criativa e propositiva da Ciência.

Nesse sentido, encontramos em Santos (2010) duas sugestões particularmente interessantes para a prática sociológica: 1. a hermenêutica da suspeição e diatópica e



2. a ecologia de saberes. Ambas podem vir a constituir um universalismo negativo, em resposta ao universalismo conceitual da Ciência moderna. O universalismo negativo responde de forma contra-hegemônica à tendência universalizante da Ciência moderna, que cristaliza conceitos e aplica-os a diferentes realidades e situações. Com o universalismo negativo pretende-se alterar a forma dedutiva de conclusões aparentemente lógicas em que se fundamenta o pensamento e o espírito científico, promovendo, assim, a inteligibilidade do diverso que está escondido no universal.

Num breve balanço sobre as transições vivenciadas pelo Projeto Político do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE, temos que a supressão da ênfase em Sociologia Rural e o fortalecimento das áreas da Antropologia e da Ciência Política, permitido pela política de contratação e qualificação de professores na UFRPE, nos anos 2000, trouxeram para a Sociologia uma nova realidade: a dinâmica do diálogo com outras áreas e formas de saber, como prática docente e científica. Este nos parece um passo interessante no sentido do exercício de outras formas de fazer Ciência, tal como o universalismo negativo, que avancem na busca pela superação do legado cartesiano e inativo do pensamento moderno. Uma aprendizagem que pode valer pelos 30 anos de vivência do Bacharelado em Ciências Sociais.

3. À guisa de conclusão: 30 anos, e agora?

2020. Pandemia. Confinamento. Distanciamento social. Crise econômica. Crises políticas. Máscaras. Novo normal. Palavras, conceitos e experiências que recolocam e ressignificam a vida em sociedade e exigem das Ciências Sociais novos investimentos investigativos. No plano institucional, pairam ainda sobre nós as exigências de proposição e aprovação da Licenciatura em Sociologia e do Mestrado em Ciências



Sociais. E chegam as demandas por trabalho remoto, no rastro da pandemia e do distanciamento social.

Estas tarefas, locais e globais, desafiam a Sociologia a não apenas ampliar os seus alcances teóricos e metodológicos, mas, sobretudo, a assumir o papel de desnaturalizar o mundo social – conforme buscamos demonstrar nas denúncias de Ribeiro (1979) e de Santos (2002, 2005, 2010). Das novas formas de ensino-aprendizagem e das novas sociabilidades, ao novo urbano e ao novo rural e, neles, os novos espaços públicos, o mundo exige uma Sociologia que responda aos chamamentos sociais de modo propositivo e em colaboração com as diversas realidades e os diversos saberes – nem ao largo, nem acima, nem avante, mas *com* a pluralidade contemporânea da vida em sociedade, em diálogos permanentes.

À Sociologia, ciência moderna por nascimento, colocam-se hoje os desafios da superação dos limites inerentes ao formato moderno do conhecimento válido: 1) a ideologização do conhecimento científico; 2) a desconsideração das demais formas de saber e a recusa ao diálogo com as estruturas sociais não científicas; 3) a inação da razão, indolente, que se estabelece como uma repetição de formulações pouco atualizadas sobre o mundo social; e 4) a consequente certeza da superação linear do presente, no futuro.

Os 30 anos que fazem a história de vida do Bacharelado em Ciências Sociais na UFRPE foram anos peculiares na história mundial e nacional. Como visto, problemas e ebulições sociais e necessidades de colaboração da Sociologia na construção da sociedade brasileira – e, localmente, da sociedade pernambucana – serviram de guia para o percurso da Sociologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A continuidade deste percurso parece chamar por um novo posicionamento da Sociologia não apenas diante da sociedade, mas, sobretudo, diante de sua forma de ser



Ciência: um posicionamento menos hermético e enciclopédico e mais colaborativo e proativo. Numa breve síntese para o presente, três movimentos aparecem já como urgentes: 1) a reconstrução da noção de conhecimento válido, 2) a reorientação do conhecimento científico para além da oposição ao chamado senso comum, de modo a que o conhecimento sociológico seja resultante de diálogos entre os diversos saberes sociais, e 3) o redimensionamento das noções de tempo e de espaço, de modo a que a Sociologia se estabeleça no presente (espaço) e para o presente (tempo) das sociedades contemporâneas.

Recebido em maio de 2020

Aprovado em outubro de 2020.



Referências

- AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BORDENAVE, Juan E. D.. **O que é comunicação rural?** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 8ª edição. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- COORDENAÇÃO do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais**. Documento interno, setembro 2012.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review** 53, set. out. 2008, 23-40. Disponível em <https://newleftreview.org/issues/II53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>, 2008. Acesso em: 29 junho 2020.
- LEI Nº 7.007, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1975. Disponível em <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=33313>.
- LEONELLI, Domingos, OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura**. São Paulo: Record, 2004.



LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Vol. 1 e 2. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACHADO, Otávio Luiz. **Educação e Constituinte de 1988**: a participação popular nos quadros da democracia da Nova República e a reflexão de Florestan Fernandes. Frutal: Prospectiva, 2013.

MARSHALL, T.H.. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nossa História. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 25 junho 2020.

MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MATTELART, Armand. **Networking the World, 1794-2000**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. **ONU News**, Fevereiro 2019. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 29 junho 2020.

PASTORAL da Criança. Disponível em www.pastoraldacrianca.org.br/pt/. Acesso em: 23 junho 2020.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: Tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: UNESP, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1976.

RIBEIRO, Darcy. Entrevista. Programa Abertura, TV Tupi. Disponível em <http://bit.ly/AberturaDarcyRibeiro>, 1979. Acesso em: 30 junho 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 15ª edição. Porto: Afrontamento, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Fórum Social Mundial**: manual de uso. Porto: Afrontamento, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Vol. 1. 2ª edição. Porto: Afrontamento, 2002.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3ª edição. Porto: Afrontamento, 1993.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

VEIGA, José Eli da. Destinos da Ruralidade no Processo de Globalização, in **Estudos Avançados** nº 51, maio/agosto/2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 87-145.

WANDERLEY, Múcio de Barros, LOPES Geraldo Majella Bezerra. As relações institucionais entre pesquisa e desenvolvimento e assistência técnica e extensão rural no IPA. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, vols. 8 e 9, p.37-41, 2011/2012.